

UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS INSTITUCIONAIS
EM SAÚDE MENTAL

GEANE SUZAMAR NOVAES

QUE CASA É ESTA? A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

RIBEIRÃO PRETO/SP
2023

GEANE SUZAMAR NOVAES

**QUE CASA É ESTA? A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Castanho

**RIBEIRÃO PRETO/SP
2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial da UNIP
Campus Ribeirão Preto**

N936c	Novaes, Geane Suzamar. Que casa é esta? A Perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. / Geane Suzamar Novaes. --Ribeirão Preto: Universidade Paulista, 2023. 59f. il.:
	Orientador: Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Castanho Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental, Universidade Paulista
	1.Criança. 2. Adolescente. 3. Criança Acolhida.
	CDU 613.86

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Novaes, G. S. (2023). *Que casa é esta? A perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Paulista, UNIP. Ribeirão Preto, SP.

Aprovada em: _____/_____/_____

Banca examinadora:

Profa. Dra.: Ana Carolina Ferreira Castanho – Orientadora

Instituição: Universidade Paulista (UNIP)

Julgamento: _____

Presidente da Banca

Profa. Dra.: Caroline Francisca Eltink

Instituição: Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Julgamento: _____

Profa. Dra.: Janaina Luiza dos Santos

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Julgamento: _____

Dedico esse trabalho a todos os meus antepassados e meus descendentes, a todos os meus professores e meus futuros alunos, a vida como a ciência é continuidade.

Dedico também a todos aqueles que, mesmo em situações desfavoráveis, lutam para continuar vivendo. A cada criança que já passou ou passará por uma instituição de acolhimento e para cada pessoa desse mundo que lança seu olhar de ternura e compaixão para essa realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meus pais, João Gualberto Novaes e Oraide Sena e Silva Novaes, em memória, meu filho, Bruno Villela, meu marido, Danilo Fogaça Lopes, toda a minha família e meus amigos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa conquista.

Em especial, ao idealizador e coordenador desse mestrado, Prof. Dr. Paulo Eduardo Benzoni, que, ao realizar esse projeto de Mestrado, me deu chance de realizar o meu sonho de me tornar mestre. Agradeço a todos os meus professores, à Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Castanho que me orientou para o mestrado e para a vida, a toda Universidade UNIP, aos colegas de classe, a todos os funcionários do Acolhimento Institucional, onde fiz minha pesquisa. Tive e tenho muita sorte em vivenciar esse bom momento da vida com todos vocês.

**O saica é um abrigo temporário
Não é para sempre meu amigo
Não é um inferno, nem um paraíso
Você com o educador pode desabafar
a tristeza chorar
Um dia você vai ler esse livro
Vai saber o que é um abrigo
-Ambar, 10 ANOS**

RESUMO

QUE CASA É ESTA? A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa-participante, qualitativa, cujo objetivo principal foi conhecer o acolhimento institucional na perspectiva de crianças e adolescentes de 8 a 12 anos de idade, em uma instituição municipal de acolhimento na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em Pesquisa CEP/CONEP e pelo comitê de ética da Secretaria da Assistência Social de uma cidade do interior de São Paulo. Foram realizadas sete oficinas, norteadas por questões reflexivas acerca da experiência do acolhimento institucional, vivenciadas pelos participantes; após as oficinas, foi realizada uma caracterização temática dos dados, que foram analisados sob o referencial da teoria ecológica de Urie Bronfenbrenner. Foram encontradas duas categorias: a primeira denominada “A chegada”, marcada pelo momento do acolhimento e as transições ecológicas envolvidas; e a segunda categoria “Processos”, que apontou os sentimentos e movimentos que são evocados no processo de acolhimento institucional, nesta categoria, desenvolveram-se as subcategorias; Reinstucionalização e vulnerabilidade, Cuidado e afeto, Ambiguidades, Aprisionamento, Saudade e solidão e Falta de esclarecimento traz insegurança. Concluiu-se que as crianças e adolescentes, inseridas no contexto institucional em regime de acolhimento, passam por uma transição ecológica, de forma abrupta permeada por sentimentos ambivalentes, elas entendem o processo por que estão passando como necessário, frente a situações em que estavam vivendo, porém, reconhecem as dores que perpassam esta experiência.

Palavras-chave: Criança; adolescente; criança acolhida.

ABSTRACT

WHAT KIND OF HOME IS THIS? THE PERSPECTIVE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN INSTITUTIONAL CARE

This study is a Participatory Research project, which main goal was to explore the institutional care from the perspective of children and adolescents aged between 8 and 12, in a municipal care centre in the city of Ribeirão Preto, São Paulo. The research was approved by the CEP/CONEP research ethics committee and by the ethics committee of the Social Assistance Department of a city in the countryside of São Paulo. Seven workshops were held, guided by reflective questions about the participant's experience with institutional care. After the workshops, a thematic characterisation of the data was carried out, which was analysed under the framework of Urie Bronfenbrenner's ecological theory. Two categories were found: the first called "The arrival", marked by the moment of reception and the ecological transitions involved; and the second category "Processes", which pointed to the feelings and movements that are evoked in the process of institutional reception. Within this category, some subcategories were developed: Reinstitutionalisation and vulnerability; Care and affection; Ambiguities; Imprisonment; Longing and loneliness; and Lack of clarification brings insecurity. The conclusion is that children and adolescents placed in institutional foster care go through an abrupt ecological transition, permeated by ambivalent feelings. They understand the process through which they are going as necessary, given the situations they were experiencing, but they also acknowledge the pain that goes with it.

Keywords: Child; adolescent; foster child.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho feito por Turmalina, 12 anos	33
Figura 2 – Desenho feito por Ametista, 12 anos	37
Figura 3 – Desenho feito por Diamante, 12 anos	38
Figura 4 – Desenho feito por Ônix, 12 anos	38
Figura 5 – Desenho feito por Topázio, 12 anos	39
Figura 6 – Desenho feito por Quartzo Rosa, 11 anos	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características sociodemográficas das crianças e adolescentes participantes das Oficinas	29
--	----

LISTA DE SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PERSPECTIVA HISTÓRICA E SUAS LEIS.	15
1.2	A CRIANÇA E /OU ADOLESCENTE E SUAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO	18
1.3	TEORIA ECOLÓGICA -URIE BRONFENBRENNER.....	20
1.4	JUSTIFICATIVA.....	22
1.5	HIPÓTESE	22
2	OBJETIVOS	23
2.1	GERAL.....	23
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	TIPO DE ESTUDO	24
3.2	DIFICULDADES ENCONTRADAS NO PERCURSO METODOLÓGICO	24
3.3	LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES	25
3.4	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	26
3.5	TRATAMENTO DOS DADOS	27
3.6	ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	27
3.7	ASPECTOS ÉTICOS	27
3.8	RISCOS E BENEFÍCIOS	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1	CARACTERIZAÇÃO.....	29
4.2	CATEGORIAS IDENTIFICADAS	31
4.3	A CHEGADA.....	31
4.4	PROCESSOS.....	35
4.4.1	<i>Reinstitucionalização e vulnerabilidade.....</i>	<i>35</i>
4.4.2	<i>Cuidado e afeto.....</i>	<i>36</i>
4.4.3	<i>Ambiguidades</i>	<i>38</i>
4.4.4	<i>Aprisionamento.....</i>	<i>38</i>
4.4.5	<i>Saudade e solidão.....</i>	<i>40</i>
4.4.6	<i>Falta de esclarecimento traz insegurança.....</i>	<i>40</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICES	49
	APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	49
	APÊNDICE B – OFICINAS	50
	ANEXOS	51
	ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	51

ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	53
ANEXO III – CARTILHA ‘O ACOLHIMENTO’	58

1 INTRODUÇÃO

Minuchin (1982) define família como um grupo social cujos membros estão em constante interação entre si e com o ambiente, delineando, assim, o seu comportamento. A constituição da família tem-se modificado ao longo do tempo, mas é inegável a sua influência no desenvolvimento de uma criança e um adolescente. Quando por algum motivo a criança e/ou o adolescente é afastado do convívio familiar, acontece uma ruptura no sistema familiar.

Autores como Carter e McGoldrick (1995) chamam esta ruptura de movimento imprevisível no ciclo familiar, pois este movimento não é esperado no ciclo vital, podendo ser de grande stress para todos os envolvidos. O presente trabalho trata-se de um estudo qualitativo cujo objetivo principal é conhecer o acolhimento institucional na perspectiva de crianças e adolescentes, e, a partir deste olhar, elaborar uma “cartilha”, que poderá ser usada no acolhimento institucional, para colaborar no manejo de um dos momentos mais difíceis do acolhimento institucional, a chegada de uma criança ou adolescente pela primeira vez na instituição. Para tal tarefa, é imprescindível compreender a família, o acolhimento institucional e as leis que cercam esta temática.

1.1 Acolhimento Institucional perspectiva histórica e suas leis.

Carvalho (2012) realizou um levantamento dos aspectos jurídicos do poder familiar no Brasil. Iniciou no período colonial, destacando a influência Romana; o sistema familiar era patriarcal, cabendo ao homem plenos poderes sobre sua família, entre eles até a decisão de vida ou morte dos seus filhos, deserção, casamento, e vários outros abusos sobre a vida dos familiares que compunham o seu lar. No Brasil colonial e na Europa, as crianças abandonadas eram deixadas na roda dos expostos, tratava-se de um cilindro que conectava o lado de fora com o lado de dentro das instituições de acolhimento, no caso, as casas de misericórdia, onde a criança era deixada de forma anônima, sendo este um ato legal, não considerado um crime.

No final do século XVIII, o estado começou a garantir proteção às crianças visando sua sobrevivência, lançou campanhas para que as mães despertassem para o amor materno, incentivando a amamentação, adquirindo um valor social que resultou na diminuição da autoridade paterna. A maternidade do ponto de vista sócio-histórico é um constructo histórico social e não um instinto, variando, assim, conforme a cultura (Carvalho, 2012).

Ainda no final do século XVIII, com a revolução industrial, iniciou-se um período no qual houve diversas modificações sociais e econômicas, promovendo a separação entre a igreja e o estado, resultando no desgaste do sistema patriarcal que já não atendia mais às necessidades do país. Com a constituição da República em 1891, o Brasil criou sua própria legislação na qual

foi assegurado a todos o direito à democracia. O código civil de 1916 assegurou à mulher o exercício do pátrio poder, mas somente na falta ou no impedimento do marido, sendo considerado um avanço para a época. Somente a partir dessa legislação que o pai deixou de exercer seu poder apenas em benefício de interesse próprio, compreendendo a relação entre pais e filhos como um sistema de direitos e deveres. Em 1977, promulgou-se a lei do divórcio, que regulamentou a dissolução do casamento, possibilitando o início das novas configurações familiares (Carvalho, 2012).

Com a constituição federal de 1988, o pátrio poder passou a ser exercido por ambos os pais, consagrando o princípio de igualdade entre homens e mulheres, além do reconhecimento de todos os filhos, sendo eles de dentro ou de fora do casamento. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (*Lei n° 8.069, 1990*), as crianças e os adolescentes se tornaram sujeitos de direitos. Em 2002 o código civil substituiu a nomenclatura de pátrio poder por poder familiar. Conforme o artigo 1638 do código civil de 2002 (*Lei n° 10.406, 2002*), perderá o poder familiar o pai ou a mãe que aplicar castigos moderados, deixar o filho em abandono, praticar atos contrários à moral e aos bons costumes, crimes dolosos cometidos contra o filho, inserção do filho em atividades laborativas impróprias, em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (*Lei n° 8.069, 1990*), já nos casos de pobreza e miserabilidade, a responsabilidade passa a ser do Estado, não constituindo motivo para perda ou suspensão do poder familiar, conforme consta no artigo 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente (*Lei n° 8.069, 1990*) .

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi proposta a modificação dos paradigmas que norteavam a política de atendimento, substituindo o assistencialismo filantrópico, que norteava o Código de Menores, por uma proposta de ação voltada à garantia da cidadania, embasada no bem comum e na condição individual de desenvolvimento de cada criança e adolescente (Machado, 2011).

A política de atendimento à criança e ao adolescente prevê um conjunto de ações denominado Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, que está previsto nos artigos de número 66 até o de número 97 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Machado, 2011).

Este conjunto de ações engloba, entre outras medidas, o acolhimento institucional, que é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (*Lei n° 8.069, 1990*) como uma medida de proteção integral que deve ser utilizada em casos em que direitos da criança ou do adolescente forem ameaçados, ou violados. Os preceitos e princípios que norteiam o atendimento realizado no acolhimento institucional estão expostos também no Plano Nacional

de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Machado, 2011).

A substituição do termo “abrigamento” por acolhimento institucional foi proposta pela Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009 com o objetivo de modificar as concepções que norteavam este trabalho (Machado, 2011), tendo em vista que as instituições que acolhem crianças e adolescentes funcionam como uma residência provisória que se propõe a funcionar como transição para a reintegração familiar ou para colocação em uma família substituta (*Lei nº 8.069, 1990*).

Anteriormente à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as instituições de acolhimento eram norteadas pelo Código de Menores (*Lei nº 6.697, 1979*) sendo denominadas instituições totais, cujo atendimento era baseado na disciplina, padronizado para grandes grupos de crianças e adolescentes que eram agrupados por sexo e idade e onde estes levavam uma vida fechada, completamente regrada com horários e regras rígidas, por exemplo, e formalmente administrada (Yabiku & Pereira Ribeiro, 2022; Para, Oliveira, & Maturana, 2019).

O modelo de acolhimento institucional atualmente vigente, que é norteado pelos princípios do ECA, possui um caráter residencial e deve oferecer atendimento personalizado para grupos reduzidos em instituições pequenas. Porém, esse atendimento personalizado ainda se configura como um grande desafio em um contexto em que nem sempre as condições institucionais são adequadas para tal (Siqueira, Abaid, & Dell’aglio, 2012).

O acolhimento, conforme descrito no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (*Lei nº 8.069, 1990*), visa a promoção integral a indivíduos ou famílias com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, é um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, cujo principal objetivo é promover o acolhimento a crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, sendo sempre o último recurso a ser utilizado, após serem esgotadas todas as possibilidades de convívio com a família biológica. É considerado sempre uma medida excepcional aplicada apenas nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica. Ocorre por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar.

O público atendido pela medida de acolhimento institucional é formado por jovens com suas próprias normas sociais/relacionais, afastados de suas famílias, cujos laços sociais estão esgarçados, o que traz uma trajetória de exclusão e violência, alterando o modo de ver e estar no mundo (Carinhanha & Penna 2012). A institucionalização durante a infância ou adolescência

é um evento estressante que se apresenta para a criança ou adolescente e que pode ter consequências diversas sobre ela (Siqueira, Abaid, & Dell'aglio, 2012).

A infância e a juventude em situação de risco na sociedade brasileira vem sendo um tema de muitos estudos e discussões na atualidade. É na família em situação de vulnerabilidade que está o foco das práticas públicas de assistência social. Apresentando em seu cerne a violência e a miséria com privações de condições mínimas de sobrevivência, os pais não conseguem em muitos casos desempenhar seu papel de cuidar dos filhos, colocando em risco, assim, o bem-estar e o desenvolvimento infantil, resultando em negligência e abandono. Problemas psicossociais são encontrados em famílias com desequilíbrio hierárquico, quando os pais têm menos poder e influência que os filhos, gerando situações desadaptativas no sistema familiar, nas quais os limites são incertos. A primeira rede de apoio da criança é a família, desempenhando, assim, um papel fundamental para o desenvolvimento saudável dos indivíduos, porém, em muitos casos, essa é uma realidade muito distante. Esse sistema foi posteriormente remodelado pelo ECA, que recomendou a prioridade à individualidade e ao fortalecimento dos vínculos familiares, além da proteção integral e especial à criança e ao adolescente (Macedo et al., 2019).

1.2 A Criança e /ou adolescente e suas famílias em situação de acolhimento

A criança acolhida tem, em sua maioria, uma família geralmente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que conseqüentemente provocam a desestruturação familiar, promovendo maus-tratos, abandono, negligência, entre outros problemas apresentados (CECIF, 2002).

O acolhimento institucional, segundo as nossas leis vigentes, tem caráter provisório (*Lei n° 8.069, 1990*), o que implica em um trabalho imediato com as famílias neste contexto e a preparação das crianças e adolescentes para o retorno ao lar ou para família substituta.

O caráter provisório é de extrema relevância, principalmente quando pensamos nos vínculos e afetos tão importantes para o desenvolvimento da criança e do adolescente, que na nossa cultura é representado pela figura da mãe. Quando pensamos em “mãe” na mitologia, pensamos em Gaia, mãe terra, sinônimo de fertilidade, geradora da vida, da natureza, das águas e da cultura. Pensar nesta mãe e em seu papel social, pensar em ser a “mãe suficientemente boa” significa uma responsabilidade que vem se transformando ao longo da história, mas que não perde sua essência de “gerar”, não somente no sentido literal da palavra de dar a vida, mas também de gerar para o mundo, de se responsabilizar (Gonçalves & Vieira, 2010).

A relação mãe/bebê é a primeira experiência do ser humano de interação. Ela inicia-se ainda no útero quando a criança e a mãe ainda estão conectadas de forma física. As funções maternas têm início na gestação e perduram por toda a vida, acompanha o ciclo vital e a cada fase nasce uma nova mãe e um novo papel. Se pensarmos na palavra *holding* (Winnicott, 1991), de origem inglesa e provém do verbo inglês *to hold* que significa para Marques (2008) segurar, manter, ter capacidade para conter, aguentar, resistir entre outros sentidos sinônimos. O *holding* é umas das funções da “mãe suficientemente boa” (Winnicott, 1975), que auxilia na formação da personalidade e na influência das relações posteriores que este filho terá com as outras pessoas e com o mundo.

A relação mãe e filho é uma relação complexa, com sentimentos ambivalentes permeando em todas as ações. É uma mistura de amor e dor, que percorre o ciclo vital (Carter & McGoldrick, 1995). Traz sentido à cadeia da vida e à ideia de continuidade, o acolhimento institucional atravessa esta relação, e ainda que por motivo de proteção pode fragilizar o vínculo de todos os envolvidos.

Walsh (1998) refere-se as várias situações da vida requerer uma perda, como a separação conjugal, o divórcio, a troca de emprego ou da casa, a diminuição do funcionamento físico devido a uma doença crônica, o nascimento de um filho com alguma necessidade especial, qualquer mudança em nossas vidas, incluindo as desejadas, como o casamento ou a aposentadoria. A autora refere-se a situações de luto, que não é apenas a morte de um ente querido, mas situações dolorosas ou nem dolorosas como o casamento, mas que traz dor ao ser humano. Podemos considerar o acolhimento institucional como um processo abrupto, e a família e a criança e/ou adolescente neste processo em situação de luto.

Sendo assim, o momento do acolhimento é um momento de uma ruptura brusca, que envolve um processo de luto e incertezas (perda do convívio familiar, da casa, dos seus pertences, do convívio com os vizinhos, dentre outros), além do processo de reconhecer o novo lar, os cuidadores e os outros acolhidos. O processo de luto envolve negação, raiva e outros sentimentos que são difíceis para a equipe que está acolhendo e para a criança ou adolescente que está passando pelo processo. A formação de novos vínculos fica prejudicada devido a estas situações descritas, sendo assim, a compreensão deste momento e a elaboração da “nova casa” ainda que provisória se faz necessária. (Tinoco & Franco, 2011).

A elaboração deste novo espaço, em que se apresenta “acolhimento”, pode ser realizada de várias maneiras, sendo uma delas as oficinas. No contexto de acolhimento institucional, é uma prática de atividade grupal que pode auxiliar as crianças e adolescentes no processo de compreensão da nova realidade que se apresenta, é um trabalho estruturado em torno de uma

questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social, envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. Usa informação e reflexão, mas se distingue de um processo apenas pedagógico, trabalha os significados afetivos e as vivências relacionadas com o tema a ser discutido (Afonso, 2006).

1.3 Teoria ecológica -Urie Bronfenbrenner

A teoria ecológica proposta por Urie Bronfenbrenner (1996) explora o conceito de ecologia do desenvolvimento humano, propondo que esse evento não ocorre isoladamente. É influenciado por diversos fatores que interagem entre si de maneira complexa e dinâmica, sendo eles a família, a comunidade, a sociedade e a cultura que vivemos, moldando o nosso desenvolvimento ao longo do tempo, não sendo o resultado de um desenvolvimento pré-estabelecido, mas sim da interação com o ambiente e cultura de um indivíduo capaz, por meio de suas características biológicas e psicológicas. Não é possível compreender o indivíduo sem entender as relações, o ambiente em que ele está inserido e seus significados. Compreendendo, assim, a pessoa em desenvolvimento, influenciando e sendo influenciada, não somente por suas relações mais próximas, mas por toda a estrutura social a qual ela pertence. As estruturas são denominadas: Microsistema, Mesossistema, Exossistema, Macrossistema e Cronossistema.

O primeiro sistema intitulado de microsistema é entendido pelas conexões diretas da pessoa em desenvolvimento no seu ambiente ecológico, conexões estas que a influência indiretamente, por exemplo, a família e escola.

O segundo, mesossistema, é a rede social formada entre os ambientes de que uma mesma pessoa participa, havendo um vínculo direto entre dois microsistemas, ocorrendo, por assim dizer, uma transição ecológica quando ela sai de um ambiente e entra em outro. Dessa transição ecológica, dão-se os vínculos, sendo eles: o vínculo primário solitário, quando a pessoa entra sozinha em um novo ambiente, sendo ele considerado frágil; vínculo intermediário, quando outra pessoa participante de um outro ambiente está em contato com uma outra pessoa de um outro ambiente; e, quando um ambiente se comunica com outro ambiente para levar informações às pessoas desse outro ambiente, chamamos de comunicações interambiente, podendo ocorrer o conhecimento ambiental por meio dessa informação que chega à pessoa do ambiente diferente.

O exossistema configura-se pelos ambientes com os quais as pessoas mais próximas da pessoa em desenvolvimento estão em interação, e esta acaba influenciando de alguma maneira o ambiente mais próximo, por exemplo, o trabalho da mãe de uma criança. É a mãe da criança que tem a relação, porém, ele influi na dinâmica familiar em muitos aspectos, que vão desde os

econômicos até na organização com os filhos para trabalhar. A pessoa em desenvolvimento não vai estar diretamente envolvida, tornando, assim, uma relação indireta.

O quarto sistema intitulado de macrossistema vai ser definido por meio de padrões culturais gerais, que são construídos por meio da relação entre o indivíduo e o ambiente dentro da relação entre os sistemas microcrossistema e mesossistema, definindo o padrão social. Esse padrão pode ser exemplificado por meio de um sistema econômico em que a pessoa está inserida, as crenças, os costumes de uma sociedade.

A teoria ecológica tem alguns princípios fundamentais que merecem ser explanados para a compreensão dos fenômenos e dos movimentos interpessoais que ocorrem entre as pessoas em desenvolvimento. São estes princípios: transição ecológica, reciprocidade e equilíbrio do poder.

Entende-se por transição ecológica quando ocorre a mudança de papel de uma pessoa após sua posição no meio ambiente ecológico ser alterada. Essa transição ocorre por toda a vida, como as mudanças pertinentes vivenciadas no cotidiano, como mudanças de ambiente familiar para o escolar, ocorrido durante a infância, mudança de trabalho, mudança de profissão, internações hospitalares, ou seja, tudo o que implica em mudança no meio ambiente consequente do processo de desenvolvimento.

Uma relação entre duas pessoas, na qual uma delas observa a outra em uma atividade ou dela participa é chamada de díade. Pode ser uma díade observacional ou uma díade de atividade conjunta, a primeira ocorre quando um membro está prestando atenção em uma atividade desenvolvida por outro, já a segunda é quando dois participantes realizam uma atividade em conjunto, podendo as atividades serem diferentes, porém, complementares. Em ambas as relações diáticas há a reciprocidade, o que um membro faz influencia o outro, havendo uma coordenação entre elas, um feedback mútuo.

Quando se trata de crianças pequenas, essa coordenação favorece a aquisição de habilidades interativas e também estimula a evolução de interdependência, fatores de suma importância para o desenvolvimento cognitivo.

Há um equilíbrio de poder em uma relação diática, onde um participante é mais influente que o outro, sendo de grande importância para o desenvolvimento em vários aspectos, oferecendo a criança a oportunidade de aprender a conceitualizar e lidar com as relações, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e a manejar as relações de poder. Tais relações são vivenciadas pela pessoa em desenvolvimento nos contextos, familiares, comunitários, escolares, dentre outros.

Para Bronfenbrenner (1996), instituições infantis, assim como o lar, é o único ambiente que serve como contexto abrangente para o desenvolvimento humano, sendo na perspectiva ecológica de uma suma importância por proporcionar a oportunidade de investigar o impacto do ambiente primário sobre o curso do desenvolvimento ao longo da vida.

1.4 Justificativa

O acolhimento institucional, faz-se necessário em casos em que crianças e/ou adolescentes estão com seus direitos violados. O momento da institucionalização é impactante, pois, embora seja marcado pelo fim da violação sofrida, é também um momento de separação e perdas significativas (família, casa, objeto, vizinhança entre outros), a “casa” (instituição de acolhimento) passa a ser a moradia. Conhecer o acolhimento na perspectiva da criança pode possibilitar novas estratégias de enfrentamento deste momento e possíveis manejos técnicos para melhor elaboração das crianças, adolescentes e suas famílias.

1.5 Hipótese

A criança e o adolescente em situação de acolhimento institucional sentem-se ameaçados e amedrontados quando chegam ao acolhimento institucional pela primeira vez por não conhecerem a instituição.

Crianças e adolescentes têm ideias fantasiosas da instituição de acolhimento, antes do acolhimento institucional.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Compreender o acolhimento institucional sob a perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional por meio de oficina, cuja tarefa explícita é a elaboração de uma cartilha de acolhimento e apresentação da “casa” acolhimento institucional para crianças e adolescentes, confeccionada por eles mesmos.

2.2 Objetivos Específicos

- Elaborar uma cartilha que represente o acolhimento institucional;
- Descrever o acolhimento institucional na perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- Desenvolver um material com linguagem acessível a crianças e adolescentes em situação de acolhimento;
- Ampliar a visão das crianças e adolescentes participantes do grupo sobre o contexto em que estão inseridas, podendo possibilitar maior compreensão sobre o momento em que estão vivendo (acolhimento institucional);
- Caracterizar as crianças e adolescentes participantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de estudo

No presente estudo, utilizamos a observação participante, uma abordagem que busca valorizar o conhecimento e as experiências dos participantes, tendo como objetivo a vivência dos sujeitos durante o processo. É uma abordagem de pesquisa qualitativa que envolve a participação ativa dos sujeitos em todas as fases do processo da pesquisa, permitindo uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, analisando a realidade social que o rodeia (Queiroz et al., 2007).

Diversos autores e estudiosos contribuem para esse campo. Entre eles, destacam-se Paulo Freire, John Heron, Orlando Fals Borda, e Robert Stake. Cada um deles tem suas perspectivas e contribuições específicas, mas todos enfatizam a importância da participação colaborativa e da busca por transformações sociais por meio da pesquisa.

Paulo Freire traz a compreensão de que todo sujeito é portador de saberes, chegando a afirmar que o empoderamento do sujeito é a libertação do oprimido, defendendo a pesquisa qualitativa participante como forma de empoderar o sujeito, permitindo que ele desenvolva uma consciência crítica sobre a realidade e se torne agente da transformação social (Heidemann et al., 2017).

Podemos dizer que a pesquisa participante, assim como a pesquisa empírica e a pesquisa experimental, são processos diferentes da pesquisa-ação apresentada por Kurt Lewin (Tripp, 2005). Thiollent, 2011 refere-se à pesquisa-ação como um instrumento de trabalho e de investigação de grupos e instituições de médio e pequeno porte que dá ênfase à análise de diferentes formas de ação, considerando as estruturas sociais, a realidade psicológica e social, objetivando responder problemas cotidianos com eficiência sob forma de diretrizes e ações transformadoras.

3.2 Dificuldades encontradas no percurso metodológico

Esse projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Paulista – UNIP, CAAE 59583722.7.0000.5512, e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Somente após a aprovação de ambos, a pesquisa teve seu início. O comitê de ética da prefeitura demorou alguns meses para aprovar, e a demora impactou na coleta e na análise de dados.

Outra dificuldade encontrada aconteceu na coleta de dados. Nos dias marcados para as oficinas, aconteciam outras atividades na instituição, alguns participantes ficavam divididos em participar da oficina e das outras atividades e isto gerava atraso no trabalho a ser desenvolvido

no dia. Outra intercorrência impactante foi o acolhimento de uma adolescente vítima de violência doméstica, horas antes de uma das oficinas, ela havia acabado de sofrer agressão sexual e física. O acolhimento dela deixou todas as outras crianças abaladas, reagindo com muita agitação durante a oficina.

3.3 Local de Estudo e Participantes

O local do presente estudo é uma instituição municipal da cidade de Ribeirão Preto SP, denominada: Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social (SAICA). O SAICA objetiva acolher e garantir, provisoriamente, a proteção integral, proporcionando atendimento global às necessidades de crianças e adolescentes residentes do município, vítimas de violência doméstica, física, sexual, psicológica, negligência e abandono, cujas famílias ou responsáveis encontram-se, temporariamente, impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Elas são encaminhadas pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude do Município de Ribeirão Preto - SP. Dispõe de 48 vagas/dia.

A instituição onde ocorreu a pesquisa possui um prédio administrativo, em que se localiza as dependências do departamento pessoal, sala dos técnicos, sala do administrativo, almoxarifado, copa, sala de reunião e duas salas de visitas, onde os familiares se encontram com as crianças para a realização da visita, quando autorizada.

Além desse prédio administrativo, há uma área ao ar livre para as crianças brincarem, composta por um pequeno parquinho com alguns brinquedos de ferro já envelhecidos, muitos inutilizados e uma área gramada, com muitas falhas e terra.

Tem também quatro casas, separadas umas das outras por grades e muros, com paredes que contêm pinturas já desgastadas pelo tempo nas cores cinza e branco, com aspecto de ser um local abandonado, sem manutenção, com pequenos espaços entre elas. Um percurso que mais se assemelha a um labirinto, composto por muros, telas, escadas e lâmpadas queimadas. Cada casa possui uma sala ampla, cozinha, um local de refeição, banheiro feminino, banheiro masculino e quatro quartos.

Participaram do estudo 10 crianças e adolescentes da faixa etária de 08 a 12 anos, de ambos os sexos, acolhidos na instituição (SAICA), no município de Ribeirão Preto - SP. A seleção da amostra foi por conveniência, pois as crianças e adolescentes são aquelas que já estão em acolhimento institucional.

Crítérios de inclusão: Crianças e adolescentes sem comprometimentos intelectuais avaliadas pelos técnicos da instituição, capazes de verbalizar e compreender as tarefas solicitadas no grupo e participar das discussões, da faixa etária de 08 a 12 anos.

Crítérios de exclusão: Crianças e adolescentes com comprometimentos intelectuais e com dificuldades em interação no grupo (avaliados pelas técnicas da instituição) e crianças fora da faixa etária de 08 a 12 anos.

3.4 Procedimentos para coleta de dados

Esse projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Paulista – UNIP, CAAE 59583722.7.0000.5512, e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Somente após a aprovação de ambos a pesquisa se iniciou.

A instituição já conhecia a proposta da pesquisa, a prefeitura municipal assinou a carta de intenção. Após a aprovação do comitê de ética de ambas as instituições (universidade e prefeitura), a pesquisadora entrou em contato com a instituição para combinar datas e horários possíveis para que a pesquisa pudesse ocorrer. A coleta deu-se em duas etapas.

Etapa 1 – Reunião com as técnicas da instituição e com o coordenador da instituição.

Foi marcado um horário com o coordenador da instituição para que ele pudesse ler e assinar o Termo De Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Anexo I). Após, previamente foi passado para as técnicas da instituição (psicóloga e assistente social), via telefone, os critérios de inclusão (crianças da faixa etária 8 a 12 anos, acolhidas institucionalmente) e exclusão (crianças com comprometimentos intelectuais e interação identificadas pelas técnicas) das possíveis participantes da pesquisa; elas mesmas fizeram a seleção dos participantes. Depois, foi realizada uma reunião entre as técnicas e a pesquisadora, para que fosse respondido o questionário elaborado pela pesquisadora (Apêndice A) para fazer a caracterização da população participante.

Etapa 2 – Oficinas

Formação do grupo (Oficina) e atividades grupais, que ocorreram por meio de 7 encontros semanais, presenciais, com duração de 2 horas.

No primeiro encontro, foi lido o Termo de Assentimento do Menor (Anexo II), que é um termo em uma linguagem de fácil compreensão para criança, modelo segue em anexo.

As oficinas tiveram temas geradores que foram os disparadores para as discussões, foram usados recursos lúdicos como material gráfico (lápis de cor, canetinha, folha sulfite, cartolina, cola, tesoura, revistas), para desenvolver estes temas de forma lúdica.

Nas oficinas, tiveram brincadeiras de integração e dinâmicas conforme o tema que foi trabalhado no dia; os temas geradores de cada oficina estão no Apêndice B. Todas as crianças participaram todos os dias, não havendo desistências no processo.

3.5 Tratamento dos dados

Para análise dos dados qualitativos, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, modalidade temática Bardin (2016).

3.6 Organização e análise dos dados

A caracterização dos sujeitos foi realizada por meio de uma reunião com as técnicas, que forneceram os dados sociodemográficos. Isto deu-se devido a uma exigência do comitê de ética da prefeitura, que não permitiu acesso aos prontuários via pesquisadora. As técnicas consultavam os prontuários e passaram as informações na medida que eram solicitadas pela pesquisadora. Os dados foram tabulados e organizados para análise descritiva exploratória.

Cada grupo foi organizado pela pesquisadora por meio de questões norteadoras que deram início a discussão grupal. Em cada grupo, foi elaborado um cartaz com as repostas elaboradas pelo grupo das questões norteadoras. No final de cada grupo, as crianças fizeram um desenho que representasse as repostas geradas naquele grupo.

Para a análise dos dados, os participantes foram denominados por nomes de pedras preciosas, para a garantia de seus anonimatos.

O desenvolvimento da cartilha deu-se após as oficinas, com os principais dados extraídos delas.

3.7 Aspectos Éticos

Este estudo seguiu a Resolução CONEP 466/2012, em que todos os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Anexo I), em duas vias, ficando uma via para o participante e uma via para a pesquisadora. Como no caso a pesquisa foi para crianças e adolescente na faixa etária de 08 a 12 anos de idade, foi disponibilizado o TCLE ao responsável, aqui no caso, o guardião legal da instituição, o coordenador do acolhimento institucional. E o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Anexo II).

O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Paulista – UNIP e foi liberado por meio do parecer CAAE 59583722.7.0000.5512, que segue em anexo (Anexo IV) 5.503.691, e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, somente após a aprovação de ambos a pesquisa foi iniciada.

3.8 Riscos e benefícios

Ao participar da pesquisa, as crianças e adolescentes tiveram um espaço de elaboração e entendimento do processo de acolhimento institucional, o que implicou em ampliar o entendimento para o contexto em que estão vivendo e fortalecer os laços afetivos entre eles por estarem compartilhando do mesmo processo (acolhimento institucional e grupo).

As publicações referentes a este estudo serão de grande relevância, pois há pouco material científico que trata esta questão do acolhimento e da “casa” na perspectiva de crianças e adolescentes acolhidos.

O risco possível foi mínimo e seria o de causar algum desconforto para criança e adolescente durante o processo. Caso isso ocorresse, a criança e/o adolescente seria ouvido e amparado pela pesquisadora e, caso necessário, seria encaminhado para atendimento psicológico na clínica psicológica da Universidade Paulista UNIP, ou para o CAPS de referência. Se a criança a qualquer momento quisesse parar de participar da oficina, sua vontade seria respeitada imediatamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização

A formação do grupo para as oficinas se deu por escolha da técnica da instituição, não sendo possível caracterizar o perfil de acolhidos na instituição. A caracterização é o perfil do grupo escolhido para a oficina. Foi realizado uma entrevista prévia com a técnica e passada para ela a idade proposta para a pesquisa, e ela fez a escolha dos acolhidos baseada no critério idade. Os dados obtidos da caracterização, foram transmitidos pela mesma em reunião prévia.

Quadro 1 – Características sociodemográficas das crianças e adolescentes participantes das Oficinas

Participante	Idade	Sexo	Raça/Cor	Esc.	Tempo de Inst. (Em meses)	Possui irmãos?	Irmãos na Inst.? Quantos?	Quant. de acolhimento	Motivo do acolhimento
Pérola	8	F	Parda	3º	12	Sim	Não	2	Violência doméstica por guardiões, genitor, genitora usuária de drogas em situação de rua
Safira	9	F	Preto	4º	15	Sim	Sim	2	Múltiplas negligências, uso de drogas materno, exposição ao risco de violência sexual.
Ametista	12	F	Preto	3º	3	Sim	Sim	3	Negligência e abandono
Âmbar	10	M	Pardo	2º	4	Sim	Sim	1	Múltiplas negligências, mãe tem transtorno mental, criança havia abandonado a escola.
Diamante	12	M	Preto	7º	3	Sim	Não	2	Orfandade
Cristal	11	F	Preto	4º	4	Sim	Sim	1	Múltiplas negligências, transtorno mental abandono escolar.
Topázio	12	M	Branco	7º	6	Não	Não	1	Violência doméstica, uso de drogas da genitora e do padrasto
Rosa	11	F	Branca	6º	7	Sim	Não	2	Uso de drogas materno, desistência de guarda por familiares extensos, trabalho infantil.
Turmalina	12	M	Preto	6º	15	Sim	Sim	1	Vivência de rua, múltiplas negligências, uso de drogas materno
Ônix	12	M	Pardo	7º	9	Sim	Sim	2	Negligência e abandono

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Foram escolhidos 5 participantes do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idades variando entre 8 e 12 anos, sendo 80% da cor preta ou parda, a escolaridade variou do 2º ao 7º ano. De acordo com a pesquisa de Silva (2004), a maioria das crianças e adolescentes abrigados no Brasil são negros, de 10 a 12 anos de idade, havendo uma maior proporção de meninos nos abrigos. O autor também relaciona a questão da cor e condições socioeconômicas, relacionando

as crianças pretas e pardas com mais exposição a pobreza e vulnerabilidade social. Pensando na teoria bioecológica proposta por Bronfenbrenner e Morris, segundo Martins e Szymanski (2004), identificamos a influência das características da “pessoa” “acolhida institucionalmente”, em desenvolvimento e no processo, as características pessoais que os autores denominam como “demanda”, que no caso deste estudo estamos nos referindo a cor da pele, podendo ser um propulsor de risco e vulnerabilidade, considerando que 80% das crianças e adolescentes participantes das oficinas eram negros ou pardos.

O tempo de acolhimento variou de 3 meses a 1 ano e 3 meses, 3 acolhidos estavam a mais de 1 ano na instituição. O fator tempo é extremamente relevante. Bronfenbrenner e Morris, segundo Martins e Szymanski (2004), retratam a importância do “tempo”, defendem que a passagem do tempo que modifica o contexto das vidas familiares, como, por exemplo, fatos que ocorrem no decorrer do tempo, sendo eles o nascimento de mais um membro na família, a entrada da criança na escola, e, no caso desse estudo, a entrada da criança na instituição, havendo significativa influência no desenvolvimento, alterando a forma em que se relacionam. O momento sócio-histórico se modifica com a passagem do tempo, no ECA é recomendado que o período máximo de acolhimento não ultrapasse 24 meses, considerando todo o contexto do ser em desenvolvimento. Bronfenbrenner (1996) definiu como cronossistema esse conjunto de acontecimentos que dá uma dimensão do tempo, segundo Miqueletto (2020), distinguidos como microtempo, mesotempo e macrotempo, as padronizações de eventos, transições ambientais que podem ocorrer na mudança da estrutura familiar, posteriormente a entrada da criança na escola ou mudança de série escolar, e por fim as mudanças na sociedade, ocasionadas por diversos fatores.

90% dos acolhidos possuem irmãos. Dos nove participantes que tem irmãos, 6 os irmãos também estavam na instituição. Pantoja (2021), em um estudo sobre os dados processuais de crianças e adolescentes no município de Belém/PA, também apresentou em seus resultados que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos tinham irmãos, e estes também estavam acolhidos na mesma instituição.

Outro dado relevante nesse estudo foi que 70% dos participantes já haviam sido acolhidos anteriormente, o que demonstra o problema da reinstitucionalização. A discussão destacada no texto de Buiati, Ferreira, & Gontijo (2013) aborda as características socioeconômicas como questões disparadoras no acolhimento de grupos de irmãos, corroborando com levantamentos nacionais sobre o tema, evidenciando situações de vulnerabilidade social e pobreza como o pano de fundo de acolhimentos institucionais e reincidência. Tal reincidência também é encontrada em nosso estudo.

Os participantes da pesquisa foram acolhidos pelos motivos: violência doméstica, exposição ao risco de violência sexual e abuso, e uso de drogas materno, orfandade, abandono. Havendo como cenário comum em todos os casos a vulnerabilidade social e a negligência, corroborando com os dados acima.

Segundo Paiva et al. (2019), os levantamentos nacionais mais recentes sobre os motivos do acolhimento de crianças e adolescentes (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013; Constantino, Assis, & Mesquita, 2013; Silva, 2004) ainda apontam, majoritariamente, para a carência de recursos materiais da família ou situações correlacionadas a ela, a saber: o uso de álcool e outras drogas pelos pais ou responsáveis, abandono e a negligência

4.2 Categorias identificadas

A análise de conteúdo do material transcrito possibilitou a identificação de 2 categorias empíricas que se configuraram como grandes temas de análise, sendo a primeira relativa ao processo do acolhimento, denominada **“A chegada”**, e outra relativa às vivências e emoções, denominada **“Processos”**. Na categoria Processos, houve as subcategorias: Reinstucionalização e vulnerabilidade, Cuidado e afeto, Ambiguidades, Aprisionamento, Saudade e solidão e Falta de esclarecimento traz insegurança.

As análises estão apresentadas a seguir, exemplificadas com trechos extraídos dos discursos e material gráfico coletado nas oficinas relacionadas com o referencial teórico mobilizado.

4.3 A chegada

Podemos considerar a entrada de uma criança em uma instituição de acolhimento como uma transição ecológica, visto que há uma mudança de ambiente que influi em toda a dinâmica relacional da criança e de suas relações mais próximas (microsistema). Neste movimento, há uma ruptura, o acolhimento acontece em um movimento brusco, que impacta a pessoa em desenvolvimento, que no caso é a criança e/ou adolescente (Bronfenbrenner, 1996).

Quando é a primeira vez na instituição, há o “estranhamento” natural do local, o local desconhecido passa a ser o seu ambiente mais próximo, pois o acolhido passa a residir na instituição.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento de crianças e adolescentes é influenciado por sistemas ecológicos que estão interligados. Esses sistemas incluem o ambiente imediato da criança, como a família e a escola, até o contexto social mais amplo, como a cultura e a sociedade. No caso da entrada de uma criança e ou adolescente em uma

instituição de acolhimento, irá ocorrer uma transição ecológica que pode afetar diversos aspectos de sua vida. Essa mudança envolve a saída do ambiente familiar e a entrada em um novo contexto institucional, com suas próprias regras, dinâmicas e cuidadores.

O acolhimento ocorre em um momento de fragilidade, ruptura e dor, como expressa Rosa:

“Às vezes, as crianças chegam machucadas, a ... chegou com olho-roxo, queimadura, muitos machucados, braço vermelho, muitas crianças podem ter sofrido violência sexual, às vezes é até o próprio familiar, as crianças ficam machucadas por dentro, é uma ferida que não sara, fica na cabeça, fica marcado, eu já vi muita gente chorando por causa disso.” (Quartzo Rosa, 11 anos).

De acordo com Silva et al. (2021), crianças e adolescentes, ainda hoje, sofrem com os mais diferentes tipos de violência, na maioria das vezes estas ocorrem no ambiente intrafamiliar. Como Quartzo Rosa, 11 anos, verbalizou, os autores afirmam que atentar violentamente contra a criança e adolescente é atentar contra a dignidade humana, destacam que a violência doméstica infantil, manifestada por meio da violência física, sexual, psicológica e negligência, traz graves consequências à vítima, que muitas vezes são irreparáveis. A violência é um dos contextos em que o acolhimento se faz necessário como medida protetiva.

É possível identificar as dores que perpassam por várias esferas neste contexto de institucionalização. É nítida a violência estrutural, macrossocial que desencadeia uma sequência de desventuras nas classes econômicas menos favorecidas, que ficam às margens da sociedade, nas quais falta tudo, sendo promotora de risco social que propicia a violência (Minayo, 2006).

São muitos os aspectos a serem considerados nesta transição ecológica, segundo Bronfenbrenner (1996), como casa/acolhimento, a questão da pobreza e da violência que aparecem nos discursos das crianças neste estudo, como sendo um dos motivos do acolhimento:

“Minha casa é um caos, morava com a minha mãe e minha irmã em uma casa sem luz, sem comida, sem água quente”. (Cristal, 11 anos).

“Eu fugi de casa depois que meu pai morreu”. (Ônix, 12 anos).

“Mesmo que meu padrasto me batia, ele gostava de mim e eu dele”. (Topázio, 12 anos).

“Nós demos um tempo para minha mãe arrumar um emprego”. (Turmalina, 12 anos).

“Eu fiquei sem comida, sem luz e ninguém denunciou”. (Cristal, 11 anos)

Ramos e Euzébios Filho (2019) alertam sobre a questão da pobreza e acolhimento institucional, apontam que, embora o ECA (1990) deixe claro que a pobreza não pode ser o único motivo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, infelizmente, no Brasil ainda ocorre acolhimentos por este motivo, o que indica violação de direitos constitucionais e a necessidades do desenvolvimento de políticas públicas com responsabilidade social. Podemos pensar o acolhimento como fruto de uma sociedade falida em que as políticas públicas ainda não são suficientes, os relatos são a fotografia social, negada por muitos.

O momento do acolhimento retrata a insuficiência, e os acolhidos chegam à instituição como alguém sem direitos, sem nada, eles tiveram seus direitos violados e a proteção chega em meio ao caos, a despedida de tudo o que antes era pessoal, até mesmo as vestes, como retrata Turmalina:

“Cheguei e separaram roupa para mim”. (Turmalina, 12 anos)

Podemos perceber que a mudança ecológica, como descreve Bronfenbrenner (1996), se dá em momentos de muitas dores, físicas e/ou emocionais, de separação, luto e perdas, que vão desde materiais, como as próprias roupas, pois tudo agora é oferecido e definido pela instituição, até a liberdade em desenvolver uma atividade, como assistir televisão ou o horário de dormir.

Entende-se que esse momento da chegada da criança marca e uma delas desenha o acolhimento, a figura retrata que a porta da casa está sumindo, como se quisesse representar essa quebra, esse afastamento de tudo que lhe era familiar.

Figura 1 – Desenho feito por Turmalina, 12 anos



Fonte: feito pela participante e fotografado pela autora (2023)

Talvez suma tudo, tudo o que um dia foi considerado dela, o momento do acolhimento é um momento de despersonalização, renunciar a tudo o que tinha, para receber algo, não escolhido (Goffman, 2008). Os relatos de Safira, 9 anos e Ametista 12 anos corroboram com esta ideia:

“Primeira pergunta, tá com fome? Aí me deu um pão, e eu queria assistir tv e a tia não deixou porque era hora de dormir...” (Safira, 9 anos)

“Quando chegamos aqui ficamos com medo, mas com o tempo nós iremos perceber que estamos sendo cuidados, as mágoas vêm de repente, mas vão embora...quando chega sente medo e fome...” (Ametista, 12 anos)

Aponta Goffman (2008), nos processos em que a vontade humana é sucumbida pela instituição, o indivíduo vai se despersonalizando, se distanciando do seu eu, para fazer parte do que agora é seu ambiente mais próximo.

São os educadores que, na maioria das vezes, recebem e encaminham as crianças nos primeiros cuidados no acolhimento. Fica a reflexão sobre a importância da formação destes profissionais que acolhem esta dor (acolhimento) sem preparo para tamanha complexidade vivenciada. Furtado et al., 2021, apontam a importância dos educadores, ressaltam que, quando uma criança ou adolescente é acolhido no período da noite ou final de semana, ele será recebido apenas por este trabalhador, uma vez que, os técnicos geralmente não estão na instituição nestes períodos, suscitando a necessidade de educação continuada para esses educadores.

Podemos considerar o momento do acolhimento como um momento em que a criança e o adolescente encontram-se em maior vulnerabilidade emocional, é a materialização do fracasso familiar, simbolizando a “insuficiência” dos cuidados básicos, o ápice da violência, necessitando de um verdadeiro acolhimento e profunda sensibilidade para não causar mais dor, medo e instabilidade a esse ser que está chegando. O educador, desse modo, é essencial no processo de acolhida, uma vez que ele é a pessoa de relação direta com os acolhidos, é quem exerce as funções parentais, conforme a Resolução nº 9 do CNAS (*Resolução nº. 09/2014*).

Em consonância com estudo de Lemos et al. (2017) sobre os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional, aponta-se a importância dos educadores no desenvolvimento emocional e social dos acolhidos, ressaltando a necessidade de ir além dos cuidados físicos, como higiene e alimentação, dando destaque na proteção, carinho e segurança emocional, alertou sobre a ênfase nos cuidados domésticos, afazeres domiciliares em

detrimento dos cuidados afetivos. É necessário que as instituições de acolhimento considerem as necessidades individuais de cada acolhido, para que os cuidados físicos e afetivos possam caminhar juntos para garantir o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes.

Segundo Baptista, Mesquita, & Soares (2015), o impacto negativo do acolhimento institucional no desenvolvimento da criança é mais acentuado naquela acolhida mais precocemente em instituições, salientando a importância do papel das experiências no contexto familiar prévias à institucionalização, assim como a importância das relações que se estabelecem no contexto do acolhimento institucional, dando realce na relação com o educador, que pode se tornar, neste contexto, o adulto de referência da criança e/ou adolescente.

Czelusniak et al. (2023) pensa nas relações afetivas como ferramenta de superação nos processos de transições ecológicas, que as crianças e/ou adolescentes passam quando adentram em uma instituição de acolhimento institucional. Este processo ocorre por meio dos processos proximais, que acontecem entre aproximações ativas do acolhido e de cuidadores. Nas instituições, esses processos proximais podem ser observados durante as atividades de alimentação, higiene pessoal, entre outras atividades cotidianas, podemos pensar a entrada na instituição como fazendo parte da rotina destes trabalhadores. Não foi encontrado nenhum estudo que abordasse este momento específico da chegada das crianças e adolescentes na instituição de acolhimento, principalmente das crianças e adolescentes expressando sua vivência para os novos acolhidos, o que demonstra ser um tema que ainda precisa ser explorado.

4.4 Processos

4.4.1 Reinstucionalização e vulnerabilidade.

O afeto está presente nas relações e a humanização pode amenizar os revezes da institucionalização, como no caso de ametista que relata que os educadores lembram dela de outras institucionalizações:

“...é a minha terceira vez no acolhimento, eu vou e volto... Mas os educadores até lembram o meu nome... Queria televisão com Netflix...”
(Ametista, 12 anos).

Em outro momento, Ametista traz a reinstucionalização como sendo sempre uma possibilidade diante das vulnerabilidades presentes:

“ era para eu vir mais de 10 vezes”. (Ametista,12 anos)

Paiva, Moreira e Lima (2019) ressaltam que a reinstitucionalização tem forte relação com a situação de pobreza, sendo necessário traçar estratégias para fortalecer a rede de proteção, para que permitam a família superar os motivos que levaram à institucionalização. Visto que o acolhido, ao passar pelo processo de desacolhimento, sofre uma nova ruptura, experimentando o mesmo impacto emocional do acolhimento, vindo a experimentar medo, sentimento de desamparo, insegurança, entrando em um estado parecido com o de luto. Isso corrobora com o estudo de Bofatti e Granato (2021), o qual nos mostra, embora os acolhidos tenham tendência a fantasiar que a família os atendia em suas necessidades e era afetiva, o retorno para o seu lar de origem muitas vezes os colocar novamente em situação de risco, contribuindo para uma nova reinstitucionalização, ou em outros casos quando a família adotiva não chegou e a maioria se aproxima.

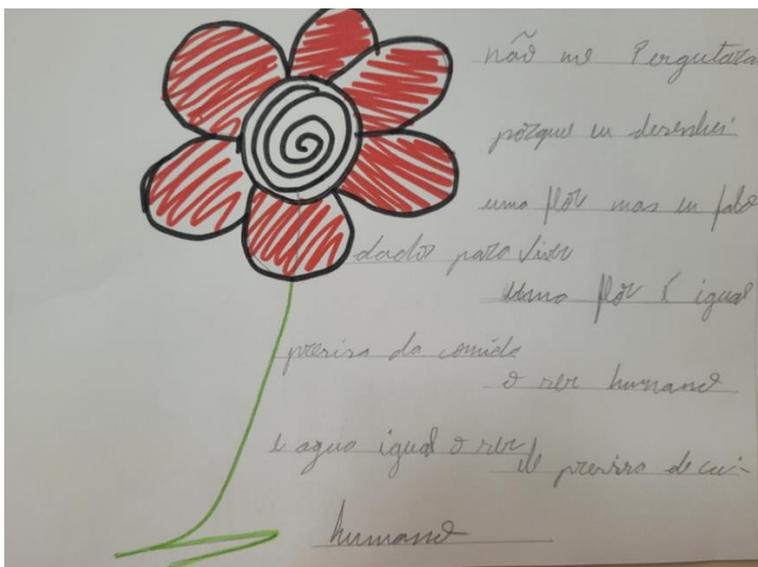
Siqueira, Massignan e Dell’aglio (2011), em um estudo, apontam a necessidade da reinstitucionalização, atribuindo a uma má avaliação do contexto familiar, e a necessidade de trabalhos de fortalecimento de vínculos, uma vez que a institucionalização provoca a fragilização ou até mesmo a quebra desses vínculos. Também ressalta, neste estudo, a falta de políticas públicas para a preparação dessa família, por meio de acompanhamento sistemático, para a prevenção do fracasso da reinserção, pois a reinstitucionalização pode comprometer ainda mais o fortalecimento dos vínculos familiares. Podemos pensar nos sentimentos que ecoam a partir do movimento da reinstitucionalização como o de fracasso, pois a “família” não conseguiu mais uma vez.

4.4.2 Cuidado e afeto

O acolhimento institucional, embora proteja e garanta direitos ao acolhidos, contribui para a fragilização dos vínculos familiares. Além disso, as crianças e adolescentes sentem a necessidade de cuidado e afeto, que são funções de rede, que a família deveria desempenhar, além da regulação social (Sluzki 1997). No acolhimento há uma transição ecológica, como explicita Bronfenbrenner (1996), e as funções de rede passam a ser de todos os trabalhadores e moradores do acolhimento (crianças, adolescentes, educadores e técnicos, dentre outros funcionários). Ametista expressa a necessidade de afeto:

“Não me perguntaram porque eu desenhei uma flor, mas eu falo; cuidados para viver uma flor precisa de comida e água igual o ser humano precisa de cuidado”. (Ametista, 12 anos)

Figura 2 – Desenho feito por Ametista, 12 anos



Fonte: Elaborado pela participante e fotografado pela autora (2023)

Klapper e Mendes (2019) destacam a importância das trocas afetivas no acolhimento institucional para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Apontam que ocorre uma maior interação afetiva entre os pares. Ainda ressaltam a relevância do papel do educador no desenvolvimento emocional dos acolhidos, das interações e trocas afetivas individualizadas.

As trocas afetivas são percebidas pelas crianças e adolescentes:

“SAICA é como uma casa que cuida de você, como uma família, te dá comida...”. (Ônix, 12 anos)

“Coisas legais que a gente faz? Brinca de maquiagem, pique pega, pique gelo, faço judô, a gente arruma o quarto quando tem visita”. (Cristal, 11 anos)

“Brinca de boneca, ouve música, dança, gosta de desenhar, joga futebol”. (Pérola, 8 anos)

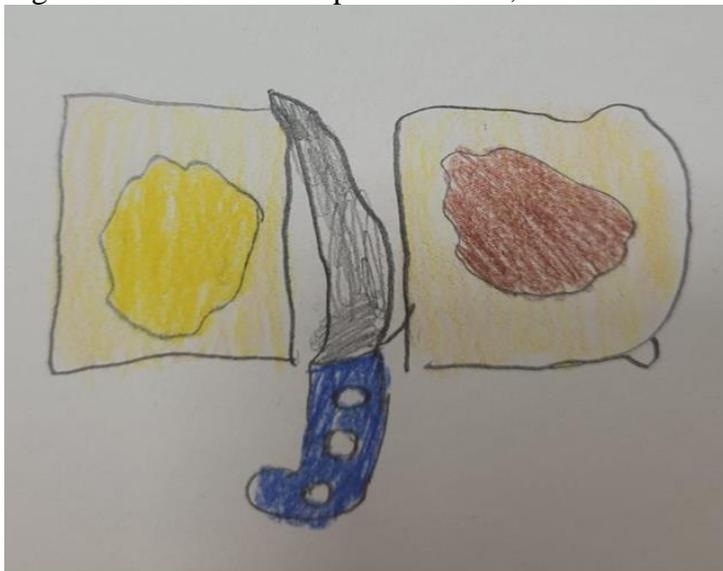
“... às vezes tem passeio, às vezes clube, às vezes almoça no McDonald...”. (Pérola, 8 anos)

As relações que vão sendo construídas no processo do acolhimento marcam a transição do desconhecido para novas possibilidades de se vincular, e o ambiente desconhecido nesse processo vai se tornando “familiar”. As crianças e adolescentes relatam movimentos da infância, como brincar, cantar, dançar, dentre outros, que vão surgindo no processo, amenizando o impacto e a dor e realizando a transição de um ambiente desconhecido para o mais próximo (Bronfenbrenner, 1996).

Neste contexto, vão surgindo sentimentos paradoxais, como demonstra Diamante (12 anos):

4.4.3 Ambiguidades

Figura 3 – Desenho feito por Diamante, 12 anos



Fonte: Realizado pelo participante e fotografado pela autora (2023)

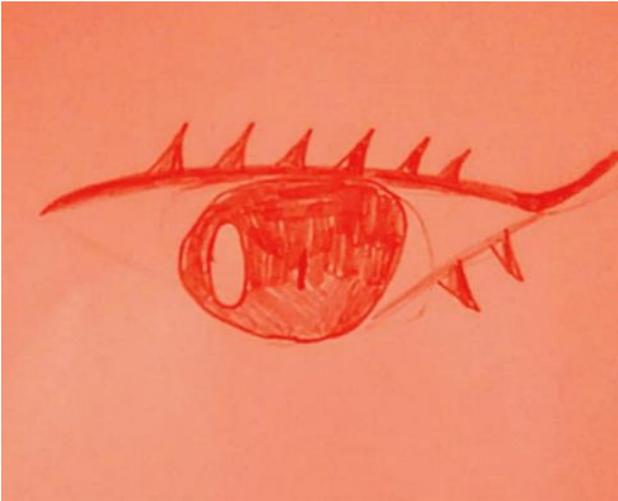
Diamante, 12 anos, refere-se ao acolhimento como uma faca de dois gumes, sinalizando os sentimentos paradoxais existentes no acolhimento: proteção, saciedade, medo, aprisionamento, cuidado, saudade. Corroborando o que a criança explicitou, Jacinto (2021) retrata o acolhimento institucional como ambíguo, uma proteção que pode ser violadora, referindo-se às marcas institucionais, o processo de institucionalização somado ao estigma social de estar institucionalizado.

4.4.4 Aprisionamento

A institucionalização pode ser um disparador de várias emoções e sensações, o sentimento de estar sendo vigiado a todo tempo, da falta de privacidade foi muito presente nas oficinas:

“O olho do educador que nos olha sem a gente ver”. “Não vai mudar nada na minha vida então não ligo”. (Diamante, 12 anos)

Figura 4 – Desenho feito por Ônix, 12 anos



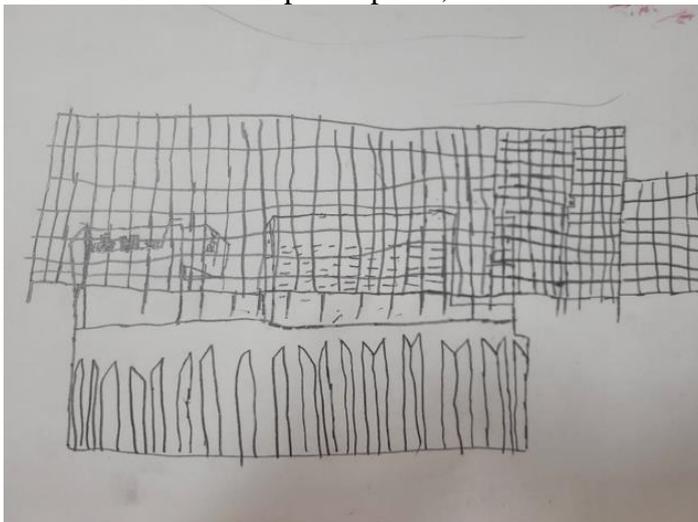
Fonte: Elaborado pelo participante e fotografado pela autora (2023)

“...fica di olho com os seus comportamentos porque os educadores estão de olho...”. (Ônix, 12 anos)

Epifânio e Gonçalves (2017) falam sobre a impossibilidade da criança e do adolescente acolhidos fazerem escolhas, a falta de privacidade e a perda da individualidade, que são iniciadas logo na entrada do acolhimento quando os pertences pessoais são guardados, perdendo, assim, a autonomia de cuidar de seus próprios objetos, a liberdade.

Topázio desenha o acolhimento cheio de grades:

Figura 5 – Desenho feito por Topázio, 12 anos



Fonte: Realizado pelo participante e fotografado pela autora (2023)

Goffman (2008) destaca a falta de privacidade nessas instituições, onde os residentes são constantemente observados e seus movimentos são controlados. Isso cria um ambiente de constrangimento e pressão constante, onde os indivíduos podem sentir-se aprisionados e limitados em sua liberdade. A autora também explora como a vigilância afeta a dinâmica de

poder dentro das instituições, onde as autoridades têm o controle e os residentes se tornam objetos de observação e controle. Ela descreve como os mecanismos de vigilância e controle podem gerar um ambiente de opressão e desumanização.

4.4.5 Saudade e solidão

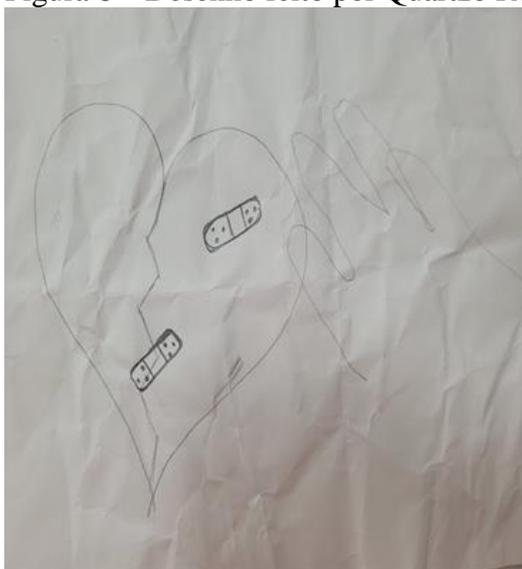
Em meio a tantos percalços as crianças também verbalizam sentimentos de saudade e solidão, verbalizados por Topázio e Rosa:

“...tem uma tristeza que ninguém nunca esquece se chama abrigo e ninguém está aqui comigo”. (Topázio, 12 anos).

“Sinto saudade da, será que ela está bem?”. “Que saudades do...” (Quartzo Rosa, 11 anos).

“Às vezes você se sente sozinha”. (Quartzo Rosa, 11 anos)

Figura 6 – Desenho feito por Quartzo Rosa, 11 anos



Fonte: Realizado pelo participante e fotografado pela autora (2023)

Furtado et al. (2021) apontam a necessidade do desenvolvimento de ações para preservação e fortalecimento de vínculos durante o período do acolhimento, com todas as pessoas do convívio da criança e do adolescente (família, comunidade, escola, funcionários da instituição, dentre outros), pois são elementos fundamentais para que os acolhidos desenvolvam recursos para um desenvolvimento saudável.

4.4.6 Falta de esclarecimento traz insegurança

Outro dado relevante deste estudo é que faltam, em algumas situações, esclarecimentos e diálogo entre os acolhidos e os técnicos:

“Não vi as técnicas até hoje.” (Cristal, 11 anos).

Ao ser acolhida, a criança ou adolescente precisa passar por uma avaliação com as técnicas da instituição (psicóloga e assistente social), para elaboração do plano individual de atendimento (PIA), para que estratégias e trabalhos com foco na reintegração iniciem o mais rápido possível, uma vez que o acolhimento institucional não deveria se estender por mais de dois anos, como descrito na *Lei nº 12.010* (2009). Neste caso em que a criança fala que não viu as técnicas ainda, pode demonstrar a fragilidade nos vínculos e o desconhecimento da criança de seu processo e da sua situação, trazendo insegurança e medos. Como podemos ver nas falas de algumas crianças:

“Eu vou ficar aqui até quando?” (Cristal, 11 anos).

R: *É provisório.*” (Quartzo Rosa, 11 anos).

“E se não for provisório?” (Cristal, 11 anos).

R: *Aí você vai para o CETREM.* (Central de Triagem e Encaminhamento) (Âmbar, 10 anos).

R: *Não, não vai, vai igual a Esmeralda morar em outro lugar.* (Rosa, 11 anos).

O desconhecimento demonstra a falta de diálogo, que pode ser uma das marcas da institucionalização, que coloca os usuários do sistema como “passivos”, no sentido de apenas receberem instruções, sem voz, desumanizados (Goffman, 2008). Outro ponto relevante é o caráter de provisoriedade, como podemos observar na fala de Ambar:

“O SAICA é um abrigo temporário não é para sempre...”
(Âmbar, 10 anos).

Arpini (2003) alerta para o caráter provisório das instituições de acolhimento e como o caráter transitório influi no interesse e na formação do vínculo, de forma a gerar relações superficiais, ambíguas às necessidades, pois as crianças e os adolescentes nestes contextos precisam justamente construir vínculos mais duradouros que lhes permitam elaborar sua história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o acolhimento institucional sob a perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional levou-nos a um processo árduo de construção e desconstrução do próprio termo acolher, pois a palavra emerge de um sentimento de aconchego, cuidado, e crianças e adolescentes neste contexto aspiram por isto. Porém, a realidade imposta socialmente (falta de investimentos em políticas públicas, poucos funcionários, dependências físicas da instituição, falta de capacitação, dentre outros) a todos os autores deste processo (crianças, adolescentes, famílias, trabalhadores da instituição de acolhimento, dentre outros) muitas vezes impossibilita em partes o que seria um percurso natural do cuidado.

O material produzido nas oficinas evidenciou que as crianças e adolescentes compreendem o acolhimento institucional e seus objetivos na coletividade, embora nem sempre a comunicação se faça clara, principalmente em relação ao conhecimento de seus processos individuais. Foi possível, com as produções, produzir um material (cartilha) que abordasse o que as crianças indicaram como fundamental no processo de chegada no acolhimento (sentimentos, acolhida, as pessoas que conheceram a partir da institucionalização, dentre outros). A cartilha será disponibilizada para que profissionais das instituições de acolhimento possam oferecer como recurso e manejo para as crianças no processo de acolhimento.

A reinstitucionalização dos acolhidos reforçou a necessidade de investimentos em políticas públicas e nos leva a reflexões sobre como o caminho da garantia de direitos da infância ainda está em construção e longe de assegurar os direitos básicos, uma vez que muitos dos acolhimentos realizados no Brasil, e neste estudo, ainda são reflexos da desigualdade social e da pobreza, o que fere os direitos constitucionais brasileiros.

Há muito ainda o que estudar com a temática do acolhimento institucional. No desenvolvimento deste trabalho, foram encontrados poucos estudos específicos da perspectiva da criança no acolhimento institucional e nenhum sobre a perspectiva da criança sobre o momento do acolhimento, o que mostra que é uma área incipiente.

REFERÊNCIAS

- Afonso, M. L. M. (Org.). (2006). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 23(1), 70–75.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100010>
- Baptista, J., Mesquita, A., & Soares, I. (2015). Desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional e impacto da qualidade dos cuidados relacionais.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/53868>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro Trad.). São Paulo, SP: Edições 70.
- Bonfatti, S. C., & Granato, T. M. M. (2021). “É muito peso para uma pessoa só”: narrativas interativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. *Vínculo-Revista do NESME*, 18(1), 32-41. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nespp37-52>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Buiati, P. C., Ferreira, A. T. D., & Gontijo, D. T. (2013). Caracterização dos processos de acolhimento institucional de grupos de irmãos. *Revista de enfermagem e atenção à saúde*, 2(2). <https://doi.org/10.18554/>
- Carinhanha, J. I., & Penna, L. H. G. (2012). Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 21, 68-76.
<https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000100008>
- Carmo, T. M. (2016). A dicotomia existente na prática dos educadores sociais no âmbito do acolhimento institucional: Diferenças entre cuidador social e educador social no serviço de acolhimento institucional. *Olhar de Professor*, 19(1), 23-34.
<https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.19i1.0002>
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed
- Carvalho, M. C. N. (2012). *Psicologia e justiça: infância, adolescência e família*. Curitiba: Juruá.

- Centro de Capacitação de Incentivo à Formação de Profissionais, Voluntários e Organizações que desenvolvem trabalho de apoio à convivência familiar (Org.) (2002). *101 Perguntas e Respostas sobre Abandono e Institucionalização*.
- Constantino, P., Assis, S. de & Mesquita, V. de S. F. de (2013). Crianças, Adolescentes e famílias em SAI. In S. G. de Assis & L. O. P. Farias (Eds.) *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento*. São Paulo: Hucitec.
- Czelusniak, C. B., Moré, C. L. O. O., Santos, K. G., & Krenkel, S. (2023). Implicações da Prática Profissional no Acolhimento Institucional de Crianças: Perspectiva de Cuidadoras. *Psicologia: Ciência E Profissão*, *43*, e251630.
<https://doi.org/10.1590/1982-370300325163>
- Epifânio, T. P., & Gonçalves, M. V. (2017). Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. *Brazilian Journal of Occupational Therapy/Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, *25*(2). <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAR0736>
- Fonseca, P. N. da. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, *34*(105), 285-296. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&tlng=pt
- Fonseca, P., Albuquerque, A., Lima, B., Santos, J., & Souza Filho, J. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, *10*(3), 71-92. Retrieved from <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/view/669>
- Furtado, M. P., Magalhães, C. M. C., Júnior da Silva, A. D. M., & Santos, J. D. O. D. (2021). Rede de apoio da criança acolhida: a perspectiva da criança. *Mudanças*, *29*(1), 9-20. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-32692021000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Gonçalves, R. A., & Vieira, H. (1995). Sobrepovoamento, stress e estratégias de confronto em meio prisional. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, *5*, 173-207.
- Guirado, M. (1986). *Instituições e Relações Afetivas: o Vínculo com o Abandono*. São Paulo, SP: Summus.

- Heidemann, I. T. S. B., Dalmolin, I. S., Rumor, P. C. F., Cypriano, C. C., Costa, M. F. B. N. A. D., & Durand, M. K. (2017). Reflexões sobre o itinerário de pesquisa de Paulo Freire: contribuições para a saúde. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 26. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000680017>
- Jacinto, P. M. S. (2021). Violência e saúde mental na infância e adolescência: um ensaio reflexivo. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 7(19), 01–12. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4957820>
- Kappler, S. R., & Mendes, D. M. L. F. (2019). Trocas Afetivas de Crianças em Acolhimento Institucional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184527>
- Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979.* (1979). Institui o Código de Menores. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm
- Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.* (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002.* (2002). Institui o Código Civil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm
- Lei n° 12.010, de 3 de agosto de 2009.* (2009). Dispõe sobre adoção. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. <https://legis.senado.leg.br/norma/580233>
- Lemos, I. C., & Da Silva, R. B. F. (2019). Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. *PSI UNISC*, 3(1), 173–191. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v1i3.11892>
- Lemos, S. C. A. (2017). Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33(1). <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/19466>
- Macedo, D. M., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Ciencia & saude coletiva*, 24(2), 487–496. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016>

- Machado, V. R. (2011). A atual política de acolhimento institucional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Serviço Social em Revista*, 13(2), 143-169.
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431/9121>
- Marques, E. T. (2008). Tratamento em meio prisional: desafios e problemas na prática clínica do psicólogo – internamento de inimputáveis / intervenção em toxicodependentes. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 2, 55-69. https://spppj.com/uploads/n_2.pdf
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006&lng=pt&tlng=pt
- McGoldrick, M., Gerson R., & Petry, S. (2012). *Genogramas Avaliação e intervenção familiar* (3a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e Saúde*. Maria Cecília de Souza. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz.
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021). O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. *Gov.br*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>
- Minuchin, S. (1982). *Família, Funcionamento e Tratamento*. (J. A. Cunha, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Miqueletto, P. N. (2020). *Associação entre características do ambiente escolar e os níveis de coordenação motora grossa: um estudo com crianças dos cinco aos 11 anos de idade*. [Dissertação de Mestrado em Educação Física]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5234>
- Monteiro, B. N. S., Costa, A. C. R., Cruz, E. J. S., & Magalhães, C. M. C. (2020). Crianças em acolhimento institucional: dificuldades e possibilidades para a reinserção familiar. *Pensando famílias*, 24(1), 128-143.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100010&lng=pt&tlng=pt
- Osorio, C. L., & Valle, M. E. P. (2011). *Manual de Terapia Familiar* (Vol. II). Porto Alegre, RS: Artmed.

- Paiva, I. L. de, Moreira, T. A. S., & Lima, A. de M. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Práxis*, 10(2), 1405–1429. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40414>
- Pantoja, V. D. (2021). *Crianças e adolescentes em acolhimento institucional: perfil e situação sociojurídica* [Dissertação de Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento]. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/13770/1/Dissertacao_CriancasAdolecentesAcolhimento.pdf
- Parra, A. C. O., Oliveira, J. A., & Maturana, A. P. M. (2019). O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?. *Psicologia em Revista*, 25(1), 155-175. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p155-175>
- Queiroz, D. T., Vall, J., Souza, Â. M. A., & Vieira, N. F. C. (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *Revista enfermagem UERJ*, 276-283. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-14792>
- Ramos, R., & Euzébios Filho, A. (2019). A problemática da pobreza nos acolhimentos realizados nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e os desafios para a atuação do psicólogo. *Psicologia em Revista*, 25(2), 759-773.
- Resolução n.º 09/2014*. (2014). Dispõe sobre o Regulamento Geral do Processo Eleitoral para a escolha de representantes da Sociedade Civil, no CMAS/RP, Gestão 2014/2016, e dá outras providências. Conselho Municipal De Assistência Social, Ribeirão Preto, SP.
- Santos, M. C. dos, & Böing, E. (2019). Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(61), 93-109. <https://doi.org/10.38034/nps.v27i61.421>
- Saraiva, J. B. C. (2002). *Desconstruindo o mito da impunidade – um ensaio de direito (penal) juvenil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Silva, C. G. M., Persch, H. C. A., Inacio, K. S., Santos, V. A. F., & Oliveira, R. F. (2021). Segurança e infância: um estudo sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, 12(edispedir), 223-242. <http://revista.unifaema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1049>
- Silva, E. R. A. (2004). *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Os abrigos para Crianças e Adolescente no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.

- Siqueira, A. C. Massignan, L. T., & Dell'aglio, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia*, 21(50). <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000300011>
- Siqueira, A. C., Abaid, J. L. W., & Dell'aglio, D. D. (2012). Famílias e instituições de acolhimento e interfaces entre risco e proteção. In L. F. Habigzang & S. H. Koller (Orgs.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp. 176-189). Porto Alegre RS: Artmed
- Sluzki, C. E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas* (C. Berliner, Trad.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, SP: Cortez Editora
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 28(4), 427–434. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003>
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação & Pesquisa*, 31 (3), 443-466.
- Walsh, F., & McGoldrick, M. (1998). *Morte na família: sobrevivendo às perdas*. (C. O. Dornelles, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1975). A criatividade e suas origens. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Winnicott, D. W. (1991). *Holding e interpretação*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Winnicott, D.W. (2005). *Privação e Delinquência*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Yabiku, R., & Pereira Ribeiro, I. (2022). Acolhimento institucional no Brasil: do Código de Menores ao apadrinhamento afetivo. *Duc In Altum - Cadernos De Direito*, 14(32). <https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/1623>

APÊNDICES**Apêndice A – Caracterização da População****Caracterização da população**

Número do participante: _____

1. **Idade (anos):** _____2. **Sexo:**

1 () Masculino 2 () Feminino

3. **Raça/Cor:**

1 () Branco 2 () Preto 3 () Pardo 4 () Amarelo

5 () Indígena

5. **Escolaridade:** _____6. **Tempo na instituição:** _____7. **Irmãos?** () sim () não8. **Se tem irmãos, eles estão na instituição?** () sim () não, quantos são _____9. **Motivo do acolhimento institucional** _____

Apêndice B – Oficinas

Oficinas	Temas geradores
1	<p>Que casa é esta? Como é o lugar? Quem são as pessoas que trabalham?</p>
2	<p>Por quais motivos uma criança ou adolescente pode estar em situação de acolhimento? Como é a chegada de uma criança e/ou adolescente?</p>
3	<p>O que é um processo? Quem são as pessoas envolvidas que trabalham? (técnicos, promotor, juiz) O que é um Plano individual de Atendimento?</p>
4	<p>Minha família vem me ver? A saudade bate?</p>
5	<p>A rede social como suporte neste processo; As pessoas especiais que conheci; Os amigos que brincam e se divertem comigo;</p>
6	<p>As novas possibilidades que surgem; Projetos de vida (escola, trabalho, família);</p>
7	<p>O que posso aprender neste processo? O que eu desejo para o futuro Como eu me vejo daqui uns anos A hora da despedida; O que este processo me fez pensar; O que eu levo deste grupo.</p>

ANEXOS

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Caro Responsável/Representante Legal:

Gostaríamos de obter o seu consentimento para os menores -----, participar como voluntário da pesquisa intitulada **“Que casa é esta? A perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional”**, que se refere a um projeto de Mestrado do curso de Mestrado Profissional em práticas Institucionais em Saúde Mental, da Universidade Paulista UNIP.

O(s) objetivo(s) deste estudo é conhecer o acolhimento institucional na perspectiva de crianças e adolescentes, e a partir deste olhar, elaborar com os mesmos uma “cartilha”, em uma linguagem apropriada para crianças e adolescentes conhecerem o que é uma instituição de acolhimento. Os resultados contribuirão com o cotidiano dos técnicos de acolhimento (psicólogo e assistente social), coordenadores e no manejo de um dos momentos mais difíceis do acolhimento institucional que é chegada de uma criança ou adolescente pela primeira vez na instituição. Além de produzir um conhecimento ampliado nesta temática que é escassa no conhecimento científico por meio de artigos científicos.

A forma de participação da criança e do adolescente nesta pesquisa consiste em participar dos 8 grupos reflexivos acerca da temática do acolhimento institucional, cada grupo terá questões reflexivas a serem trabalhadas pelo grupo Ex. O que é o acolhimento institucional na perspectiva de vocês? O que vocês fazem de legal aqui no acolhimento? Como Vocês entendem este tempo aqui na instituição? Após a reflexão em grupo será proposto um desenho que resuma o grupo do dia.

O nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante o anonimato e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Não será cobrado nada, não haverá gastos decorrentes de sua participação, se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Lei.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como: Mínimo. O risco possível é de causar algum desconforto na criança e adolescente durante o processo. Caso isso ocorra a criança e/o adolescente será encaminhado para atendimento psicológico na clínica psicológica da Universidade Paulista UNIP, ou para o CAPs de referência.

São esperados os seguintes benefícios da participação: em primeiro lugar para as crianças e adolescentes participantes no grupo que poderão ter um espaço de elaboração e entendimento do processo de acolhimento institucional, o que implica em ampliar o entendimento para o contexto em que estão vivendo e fortalecer os laços afetivos entre eles por estarem compartilhando do mesmo processo (acolhimento institucional e grupo). Para os técnicos a cartilha será um recurso a mais de manejo para o momento do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. As publicações referentes a este estudo serão de grande relevância, pois há pouco material científico que trata esta questão do acolhimento e da “casa”, na perspectiva de crianças e adolescentes acolhidos.

Gostaríamos de deixar claro que a participação é voluntária e que poderá deixar de participar ou retirar o consentimento, ou ainda descontinuar a participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza.

Desde já, agradecemos a atenção e a da participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com pesquisador principal. Geane Suzamar Navaes, residente Rua Arthur Candido de Almeida nº 665, bairro Castelo Branco Novo CEP 14090580, telefone 16 991389703.

Eu, _____ (nome do responsável ou representante legal), portador do RG nº: _____, confirmo que Geane Suzamar Navaes explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para participação do menor _____ (nome do participante da pesquisa menor de idade) também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para o menor participar como voluntário desta pesquisa.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20 ____.

(Assinatura responsável ou representante legal)

Eu, _____ (nome do membro da equipe que apresentar o TCLE) obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE)

Geane Suzamar Navaes

Anexo II – Parecer Consubstanciado do CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Que Casa é esta? A perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional"

Pesquisador: GEANE SUZAMAR NOVAES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59583722.7.0000.5512

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.606.120

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa-participante, qualitativa, cujo o objetivo principal é conhecer o acolhimento institucional na perspectiva de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos de idade, em uma instituição municipal de acolhimento na cidade de Ribeirão Preto São Paulo, por meio de oficinas (8 encontros), cada oficina será realizada e norteada por questões reflexivas que serão ponto de partida para as discussões, a partir deste olhar compartilhado das crianças e adolescentes elaborar com os mesmos uma “cartilha” que conta o que é o acolhimento institucional, que poderá ser usada para colaborar no manejo de um dos momentos mais difíceis do acolhimento institucional que é chegada de uma criança ou adolescente pela primeira vez na instituição.

Hipótese:

O acolhimento institucional, se faz necessário em casos em que crianças e/ou adolescentes estão com seus direitos violados. O momento da institucionalização é impactante, pois embora seja marcado pelo fim da violação sofrida, é também um momento de separação e perdas significativas (família, casa, objeto, vizinhança entre outros), a “casa” (instituição de acolhimento), passa a ser a moradia, conhecer o acolhimento na perspectiva da criança, pode possibilitar novas estratégias de enfrentamento deste momento, e possíveis manejos técnicos para melhor elaboração das crianças, adolescentes e suas famílias. A criança e adolescente em situação de acolhimento institucional, se

Continuação do Parecer: 5.606.120

sente ameaçado e amedrontados quando chegam ao acolhimento institucional pela primeira vez por não conhecerem a instituição. Crianças e adolescentes tem ideias fantasiosas da instituição de acolhimento antes do acolhimento institucional.

Metodologia Proposta:

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo do tipo pesquisa-participante de abordagem qualitativa.

Local de Estudo

O local do presente estudo é uma instituição municipal, da cidade de Ribeirão Preto SP, denominada: Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social (SAICA).

Participantes do estudo

Participarão do estudo 10 crianças e adolescentes da faixa etária de 10 a 15 anos, de ambos os sexos, acolhidos na instituição (SAICA), no município de Ribeirão Preto - SP. A seleção da amostra é por conveniência, pois as crianças e adolescentes são aquelas que já estão em acolhimento institucional. Critérios de inclusão: Crianças e adolescentes sem comprometimentos intelectuais capazes de verbalizar e compreender as tarefas solicitadas no grupo e participar das discussões, da faixa etária de 10 a 15 anos. Critérios de exclusão: Crianças e adolescentes com comprometimentos intelectuais e com dificuldades em interação no grupo e crianças fora da faixa etária de 10 a 15 anos.

Procedimentos para coleta de dados

O projeto de pesquisa será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Paulista – UNIP e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, somente após a aprovação de ambos a pesquisa iniciará.

A instituição já conhece a proposta da pesquisa, a prefeitura municipal já assinou a carta de intenção da mesma. Após a aprovação do comitê de ética de ambas as instituições (universidade e prefeitura) a pesquisadora entrará em contato com a instituição para combinar datas e horários possíveis para que a pesquisa possa ocorrer.

A coleta de dados ocorrerá em duas etapas, a primeira será a leitura dos prontuários para a seleção da faixa etária (10 a 15 anos) e seleção dos critérios de exclusão (crianças com comprometimentos intelectuais e interação), após será realizado a caracterização das crianças e adolescentes participantes.

A segunda etapa será a formação do grupo (Oficina) e atividades grupais, que ocorrerão por meio

Continuação do Parecer: 5.606.120

de 8 encontros semanais, presenciais, com duração de 2 horas. Critério de Inclusão:

Crianças e adolescentes sem comprometimentos intelectuais capazes de verbalizar e compreender as tarefas solicitadas no grupo e participar das discussões, da faixa etária de 10 a 15 anos.

Critério de Exclusão:

Crianças e adolescentes com comprometimentos intelectuais e com dificuldades em interação no grupo e crianças fora da faixa etária de 10 a 15 anos.

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1954940, de 10/06/2022)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o acolhimento institucional sob a perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional por meio de oficina cuja a tarefa explícita é a elaboração de uma cartilha de acolhimento e apresentação da “casa” acolhimento institucional, para crianças e adolescentes confeccionada pelos mesmos.

Objetivo Secundário:

Elaborar uma cartilha que represente o acolhimento institucional;

Descrever o acolhimento institucional na perspectiva de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional;

Desenvolver um material com linguagem acessível a crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Ampliar a visão das crianças e adolescentes participantes do grupo, sobre o contexto em que estão inseridas podendo possibilitar as mesmas maior compreensão sobre o momento em que estão vivendo (acolhimento institucional).

Caracterizar as crianças e adolescentes participantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco possível é mínimo e seria o de causar algum desconforto para criança e adolescente durante o processo. Caso isso ocorra a criança e/o adolescente será ouvido e amparado pela pesquisadora e se caso necessário será encaminhado para atendimento psicológico na clínica psicológica da Universidade Paulista UNIP, ou para o CAPs de referência. Se a criança a qualquer momento quiser parar de participar da oficina sua vontade será respeitada imediatamente.

Benefícios:

Continuação do Parecer: 5.606.120

Ao participar da pesquisa as crianças e adolescentes poderão ter um espaço de elaboração e entendimento do processo de acolhimento institucional, o que implica em ampliar o entendimento

para o contexto em que estão vivendo e fortalecer os laços afetivos entre eles por estarem compartilhando do mesmo processo (acolhimento institucional e grupo).

As publicações referentes a este estudo serão de grande relevância, pois há pouco material científico que trata esta questão do acolhimento e da “casa”, na perspectiva de crianças e adolescentes acolhidos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional e unicêntrico. Caráter acadêmico, realizado para obtenção do título de Mestrado Profissional. Patrocinador: financiamento próprio. País de Origem: Brasil. Países participantes: Brasil. Número de participantes incluídos no Brasil: 10. Previsão de início: maio/2022 e encerramento do estudo: dezembro/2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentação adequada dos documentos obrigatórios.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo “relatório” para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP, conforme Norma Operacional CNS nr 001/12, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1954940.pdf	19/07/2022 21:56:15		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Pendencias.docx	19/07/2022 21:55:25	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GeaneCorrigido.pdf	19/07/2022 21:53:09	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	0_Termo_Compr_Geane.pdf	10/06/2022 19:20:56	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Outros	0_CapaProjeto_Geane.docx	10/06/2022 19:20:33	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito

Continuação do Parecer: 5.606.120

Orçamento	0_Orçamento_Geane.pdf	10/06/2022 19:20:02	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Outros	0_Carta_Apr_Geane.pdf	10/06/2022 19:19:48	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Outros	carta_apresentacao.pdf	27/05/2022 23:48:01	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito

Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	27/05/2022 23:41:37	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Outros	carta_de_intencao.pdf	27/05/2022 11:26:02	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado.docx	27/05/2022 11:14:08	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	25/05/2022 17:58:45	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	25/05/2022 17:57:30	GEANE SUZAMAR NOVAES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 26 de Agosto de 2022

**Assinado por:
Bettina Gerken Brasil
(Coordenador(a))**

Anexo III – Cartilha ‘O Acolhimento’

O ACOLHIMENTO

GEANE SUZAMAR NOVAES
ANA CAROLINA FERREIRA CASTANHO

MESTRADO PROFISSIONAL
**PRÁTICAS
INSTITUCIONAIS EM
SAÚDE MENTAL**

As Autoras

Geane Suzamar Novaes, Psicóloga (CRP 06/155215), Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, Campus Ribeirão Preto.

Ana Carolina Ferreira Castanho, Psicóloga (CRP 06/77.171), Doutora em Ciências na área de Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo USP, Especialista em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação Sistêmica pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto FAMERP, Professora Titular da Universidade Paulista – UNIP, onde atua como Docente Permanente no Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental e na graduação em Psicologia.




APRESENTAÇÃO

Esta cartilha corresponde a um Produto Técnico/Tecnológico desenvolvido através da dissertação “Que Casa é Esta? A Perspectiva de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional” da mestranda profissional Geane Suzamar Novaes, orientada pela Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Castanho, no Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP / Campus Ribeirão Preto – SP.

Todo o estudo, envolvendo o desenvolvimento e validação do Produto Técnico/Tecnológico, aqui apresentado, pode ser acionado no Repositório Institucional da Universidade Paulista – UNIP, na coleção do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental.

Todos os direitos autorais dessa publicação estão reservados mediante defesa pública da candidata Geane Suzamar Novaes, no Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP / Campus Ribeirão Preto – SP.

Projeto gráfico, capa e ilustrações por:
Cristiano Sanchez Alves
(Aluno do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental – UNIP – 2024/2024)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial da UNIP
Campus Ribeirão Preto

Novaes, Geane Suzamar; Castanho, Ana Carolina Ferreira. N936a O acolhimento. (Preprint). / Geane Suzamar Novaes; Ana Carolina Ferreira Castanho. – Ribeirão Preto: Universidade Paulista, 2023. 18f. (Cartilhas de Promoção da Saúde Mental)

Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP

1. Acolhimento institucional. 2. Criança. 3. Adolescente.

CDU 613.86




O ACOLHIMENTO

ESTA CARTILHA É PARA VOCÊ QUE ESTÁ CHEGANDO EM UM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. ESPERO QUE ELA AJUDE A RESPONDER ALGUMAS PERGUNTAS QUE POSSAM ESTAR PASSANDO PELA SUA CABEÇA.






“ O SAICA É UM ABRIGO TEMPORÁRIO, NÃO É PARA SEMPRE MEU AMIGO. NÃO É UM INFERNO, NEM UM PARAISO. VOCÊ, COM O EDUCADOR, PODE DESABAFAR A TRISTEZA E CHORAR. UM DIA VOCÊ VAI LER ESSE LIVRO E VAI SABER O QUE É UM ABRIGO*.”

Ambar, 10 ANOS*



* Todos os nomes são fictícios, para preservar a identidade das crianças.



O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL É UMA CASA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE POR ALGUM MOTIVO NÃO PODEM FICAR COM SUAS FAMILIAS E VÃO PARA LÁ POR UM TEMPO.

AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES CHEGAM MACHUCADAS, POR DENTRO E POR FORA....



O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL SEGUNDO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) 1990, É PROVISÓRIO. NÃO É POSSÍVEL DIZER QUANTO TEMPO UMA CRIANÇA OU ADOLESCENTE VAI FICAR ACOLHIDO, MAS É FATO QUE TODOS OS FUNCIONÁRIOS DO ACOLHIMENTO TRABALHARÃO PARA QUE A CRIANÇA OU O ADOLESCENTE, SEJA REINSERIDO EM SUA FAMÍLIA BIOLÓGICA OU SUBSTITUTA O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL.



AS VEZES AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES PODEM SENTIR MUITO MEDO E SAUDADE.

EM OUTROS MOMENTOS ELES PODEM SENTIR QUE ESTÃO PROTEGIDOS, AMPARADOS E ATÉ FELIZES.

ELES CONHECEM NOVOS AMIGOS E PESSOAS PARA AJUDÁ-LOS.



EM ALGUNS MOMENTOS ELES SE QUESTIONAM, ATÉ QUANDO IRÃO FICAR NO ACOLHIMENTO. E OS DIAS PARECERÃO LONGOS...

OUTROS DIAS BRINCARÃO E SE DIVERTIRÃO COM SEUS NOVOS AMIGOS E A CASA PARECERÁ UMA FESTA...



AS VEZES SE SENTIRÃO PRESOS, COM MUITA VONTADE DE SAIR CORRENDO, VOLTAR PARA CASA, BRINCAR NA RUA, VER AS PESSOAS COM QUEM CONVIVIAM ANTES. NESTA HORA O CORAÇÃO DÓI...



AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PODEM RECEBER VISITAS. PODE SER PAI, MÃE, IRMÃOS, AVÔ, AVÓ, MADRASTA, PADRASTO, TIO, TIA, PADRINHO, MADRINHA, VIZINHO, AMIGO, PROFESSORA...

QUANDO A VISITA VAI EMBORA O CORAÇÃO PODE FICAR TRISTE, MAS É IMPORTANTE LEMBRAR QUE AS VISITAS PODERÃO VOLTAR...



ELES PODEM CONHECER PESSOAS ESPECIAIS, QUE PODERÃO VISITA-LOS. ELES SÃO OS PADRINHOS.

ELES DEIXAM OS DIAS MAIS LEGAIS. ELES PODEM LEVA-LOS PARA PASSEAR, JOGAR VIDEO GAME, ASSISTIR TELEVISÃO...



OS EDUCADORES FICAM O TEMPO INTEIRO COM OS ACOLHIDOS.

ÀS VEZES ELES DÃO BRONCAS, MAS ENSINAM MUITAS COISAS E PODEM DAR AQUELE ABRAÇO, CONTAR UMA HISTÓRIA E COLOCAR PARA DORMIR.



NO ACOLHIMENTO TRABALHAM MUITAS PESSOAS:

- COORDENADOR (A)
- ASSISTENTE SOCIAL
- PSICÓLOGO (A)
- MOTORISTA
- EDUCADOR (A)
- GUARDA
- COZINHEIRO (A)
- PEDAGOGO (A)
- SECRETÁRIA
- ADMINISTRADOR
- COLABORADORES DA LIMPEZA
- TERAPEUTA OCUPACIONAL



ESPERO QUE ESTA CARTILHA POSSA TER TE AJUDADO. AQUI VAI ALGUNS RECADINHOS PARA VOCÊ, DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPARAM DESTA CONSTRUÇÃO.

“ Quando chegamos aqui ficamos com medo mas com o tempo nós iremos perceber que estamos sendo cuidados.
 Ametista, 12 anos

“ Ei, você fica tranquilo tudo vai passar.
 Quartzo Rosa, 10 anos

“ As vezes você pode se sentir chateado no começo, mas no final do dia vou dar uma dica, divirta com todo mundo que sempre virá um amigo ou amiga.
 Nunca desista dos seus sonhos.
 Onix, 12 anos



MESTRADO PROFISSIONAL **PRÁTICAS INSTITUCIONAIS EM SAÚDE MENTAL**

